



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0003531-26.2015.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer**
 Requerente: **RAFAEL GARCIA IBANEZ**
 Requerido: **SAMSUNG ELETRONICA DA AMAZONA LTDA**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que o autor alegou que comprou um aparelho celular fabricado pela ré, o qual apresentou vício de funcionamento dentro do prazo de garantia.

Alegou ainda que em contato com a ré ela se comprometeu a substituir o aparelho, tanto que devolveu o adquirido para ela, mas isso não se concretizou.

Almeja à sua condenação a tanto.

A ré em contestação sequer se pronunciou sobre os fatos articulados pelo autor.

Aludiu à impossibilidade de inversão do ônus da prova, mas essa questão não foi controvertida.

Teceu considerações sobre a inexistência de danos morais por parte do autor, quando ele não fez alusão a isso.

Destacou a responsabilidade subsidiária entre o fabricante e o fornecedor, o que de igual modo não foi posto a debate em momento algum.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

Como se vê, à míngua de impugnação específica e concreta ao relato exordial, é de rigor o acolhimento do mesmo.

Daí decorre a responsabilidade da ré em substituir o aparelho trazido à colação, o que, aliás, promana de seu vício de funcionamento ainda dentro do prazo de garantia, tanto que ele já foi até devolvido à ré.

Resta somente a esta o cumprimento da obrigação a seu cargo, na forma do art. 18, § 1º, inc. I, do CDC.

Por oportuno, destaco que a solução da questão apresentada ficará circunscrita à condenação da ré à obrigação de fazer assinalada a fl. 01, não se considerando a possibilidade de sua condenação ao pagamento em dinheiro diante da solicitação do arbitramento de multa para o caso de eventual descumprimento daquela.

Já a indenização da ré ao ressarcimento dos danos materiais do autor não se justifica porque inexistente dado concreto que leve à ideia de que ele tivesse experimentado prejuízo dessa natureza.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE EM PARTE** a ação para condenar a ré a entregar ao autor no prazo máximo de dez dias um aparelho celular com as características declinadas a fl. 01 (aparelho celular Samsung GLX I9505/9515 S4 PRT/BRC 4G), sob pena de multa diária de R\$ 100,00 (cem reais), até o limite de R\$ 3.000,00 (três mil reais).

Ressalvo desde já que em caso de descumprimento da obrigação, e sendo o limite da multa atingido, esta se transformará em indenização por perdas e danos sofridos pelo autor, prosseguindo o feito como execução por quantia certa.

Transitada em julgado, intime-se a ré pessoalmente para cumprimento (Súmula nº 410 do Superior Tribunal de Justiça).

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 02 de maio de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**